

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG

MARTINS, Telma Aparecida Teles
(aluna do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás)

telmateles@hotmail.com

BARBOSA, Ivone Garcia.

Professora Dr^a. e orientadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás)

garciasoares@cultura.com.br

INTRODUÇÃO: Ao longo de nossa formação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, tivemos a oportunidade de discutir crítica e contextualizadamente a educação brasileira e suas transformações históricas. Dentre as verticalizações de estudo em que pudemos nos envolver, teve destaque a Educação Infantil, campo de estudo sobre o qual nos debruçamos, buscando compreender o contexto da formação dos profissionais para a educação infantil em nível superior.

Consideramos que a necessidade e a preocupação de uma formação de nível superior e a constante reavaliação da prática pedagógica na contínua formação de professores – tema sempre presente em Seminários, Fóruns e demais eventos da área educacional – é de suma importância, uma vez que o professor deve ter em mente sua formação como pilar importante para o processo de desenvolvimento de seus alunos e para a constituição de uma consciência crítica e ampla sobre a realidade brasileira e sobre a educação.

A expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas e com maior intensidade, devido às modificações do papel da mulher na sociedade, com a sua inserção no mercado de trabalho e a intensificação da urbanização. Essas modificações inserem-se no conjunto de fatores complexos e contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, sociais e políticas. Para a Educação Infantil ter a importância de hoje, foram necessários inúmeros movimentos sociais e educacionais que buscaram o reconhecimento legal da educação de crianças de 0 a 6 anos. (KUHLMANN, 1998)

Diante das mudanças ocorridas na área educacional e das perplexidades surgidas com os desdobramentos da LDB 9394/96, podemos situar os processos de formação do educador em Educação Infantil no Brasil, sendo exigência da Lei que aquele tenha formação em Pedagogia ou Curso Normal superior, mas admitindo que também pessoas formadas em cursos de magistério de nível médio ainda possam assumir a função. Essa dubiedade no que diz respeito à possibilidade de formação parece corresponder à própria situação de marginalidade histórica imposta ao campo da Educação Infantil, ao mesmo tempo pode-se refletir sobre a sua relação com a dificuldade daqueles profissionais que se assumem como professores dessa etapa da educação básica. No caso dos pedagogos – pedagogas e apenas alguns pedagogos – essa relação se torna bastante interessante de ser desvelada.

O perfil de profissional ligado à educação de crianças pequenas, eram mulheres, que tinham uma figura muito próxima à figura da mãe, tinha o papel de ensinar as mães a cuidarem de seus filhos e educar as crianças. As relações entre o papel da mulher e o trabalho de educar crianças “[...] incluem, além do papel de mãe, as ditas ‘habilidades’ femininas: dona de casa e esposa”, assim além dessas características a mulher deveria ter a “[...] docilidade, a submissão, a sensibilidade, a paciência etc.” (HYPOLITO 1997, p. 57). Portanto o [...] o magistério como profissão feminina [...] se constitui numa combinação entre vocação/ensino/maternidade/funções domésticas. (HYPÓLITO 1997, p.57). Era assim que o perfil do professor de crianças pequenas era valorizado.

Na década de 1990 muitas conquistas se efetivaram em favor da Educação Infantil, apoiadas pelas associações comunitárias, profissionais de creches e pré-escolas, conselhos municipais de educação e etc. Assim, a Educação Infantil vem sendo repensada quanto à questão da função educativa. A formação da criança a função do profissional que educa e cuida dessa criança é de suma importância nesse atual contexto. (BARBOSA, 1999).

Ao mesmo tempo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) dá um novo significado a Educação Infantil, que passa a ser parte da Educação Básica. E cada vez mais se tem a mobilização de educadores, sociedade, pesquisadores na análise da LDB/96, quanto às diretrizes das políticas públicas voltadas para crianças de 0 a 6 anos “[...] e que atuam, também para provocar constantes intervenções, de modo a fortalecer o caráter educativo e formativo do atendimento à infância no país”. (LANTER 1999, p. 136). A LDB/96 delimita os papéis e as responsabilidades nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Sendo assim a Educação Infantil, começa a ser reconhecida, valorizada e concebida como nível de ensino – a primeira etapa da escolarização básica – pela LDB/96 se constituindo um marco na história da legislação brasileira, com políticas públicas que abordam “[...] à formação dos educadores, à expansão de vagas e a necessidade de uma política educacional de atendimento pedagógico dos pequenos cidadãos”. (LANTER 1999, p. 137). Com a exigência da LDB/96, verifica-se uma exigência quanto à formação do professor, visto que se exige professores formados em nível superior ou em Institutos Superiores de Educação (IES).

Nesse sentido, a presente pesquisa de Mestrado da Universidade Federal de Goiás (UFG) encontra-se em desenvolvimento e está vinculada ao Projeto *Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás*, do Grupo de Estudos da Infância e sua Educação, da FE/UFG. Este estudo é parte da pesquisa de Mestrado e tem por objetivo analisar o currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás a fim de compreender a dinâmica da sua estruturação que se consolida no ano de 2003. Busca compreender também como a educação infantil é pensada no curso de Pedagogia.

METODOLOGIA: A pesquisa, fundamentada teoricamente na perspectiva sócio-histórico-dialética, mostrou-se fundamental no desenvolvimento de nosso curso, sobretudo no que diz respeito à ampliação de nossa visão teórico-prática sobre Educação Infantil e sua inserção da política educacional. Nossa investigação terá como ponto de partida a realidade concreta do curso de formação de professores buscando-se analisar nosso objeto numa perspectiva histórico-dialética, segundo a qual é preciso reconhecer o caráter de movimento, contradição, provisoriade e construção do conhecimento. (MARX, 1983).

No desenvolvimento da pesquisa foram feitas questionário com a todas as turmas de Pedagogia da FE/UFG totalizando 264 questionários respondidos num universo de 600 alunos matriculados (2006). A pesquisa contou com um questionário piloto que nos possibilitou revisar, acrescentar pontos necessários que num primeiro momento não pareciam necessários, acrescentamos também um elemento fundamental que é o termo de consentimento para a divulgação e participação em outros momentos da pesquisa como a entrevista.

Começamos entrevistas com professores que participaram da elaboração da nova proposta curricular que iniciou em 2003, reformulando o curso e atingindo alunos que já haviam entrado e estavam cursando o currículo anterior.

Esses dados são analisados numa perspectiva dialética a fim de compreender o movimento contraditório na construção e efetivação. Na coleta de informações e construções de dados, utilizamos: análise documental, levantamento e leitura pertinente à temática, pesquisa bibliográfica, entrevistas com professores que participaram da elaboração do currículo do curso de Pedagogia viabilizado em 2003 e uma amostra de alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás.

RESULTADOS: Nas análises preliminares do objeto de pesquisa - A educação infantil no curso de Pedagogia/UFG pode-se perceber que o mesmo oferece habilitação para o magistério na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. O referido curso apresenta no Projeto político-pedagógico um compromisso social e político na formação desses futuros profissionais, pois tem a docência como base de formação do pedagogo que pode atuar em campos escolares e não escolares. O curso busca formar um pedagogo capaz de compreender o processo educativo na sua totalidade, atuando em diferentes espaços educativos, o que coaduna com os princípios de luta da Associação Nacional pela Formação dos profissionais em Educação (ANFOPE) desde os anos de 1980, exposto na Minuta das Diretrizes da ANFOPE (2004) que apresenta o elemento de formação ampla para a formação de professores. Podemos perceber que na proposta curricular a concepção de formação do pedagogo não se restringe a uma formação fragmentada e sim numa perspectiva ampliada. A estrutura curricular do referido curso se divide em núcleo comum, núcleo específico e núcleo livre, os dois primeiros são obrigatórios. O núcleo comum situado na base da organização curricular apresenta as disciplinas de fundamentos metodológicos voltado para as primeiras séries do ensino fundamental. Entretanto as respectivas não apresentam referências à educação infantil. Pode-se analisar esse dado como indício de uma possível marginalidade da Educação Infantil no curso de pedagogia?

CONCLUSÕES INICIAIS: Nessas primeiras análises questões surgem ao analisar o PPP da instituição, nos remetendo a necessidade de ouvir os interlocutores da construção dessa proposta curricular que vislumbra a educação infantil como elemento necessário à formação do pedagogo. Com base nesses dados levantados podemos refletir sobre a dinâmica da formação do pedagogo e compreender o currículo da instituição no movimento de constituição e concretização da proposta curricular

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Pedagogia, Formação de Professores.

INSTITUIÇÃO DE FOMENTO: CAPES

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Ivone. **A Educação Infantil: Perspectiva histórica, lutas e necessidades.** (mimeo), 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e bases da Educação nacional.** Brasília 1996.

HYPOLITO, A. M. L. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

KUHLMANN, Moysés Jr., **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica.** Porto Alegre RS Ed. Mediação 1998.

LANTER, Ana Paula. **Infância e educação Infantil.** Campinas SP: Ed. Papyrus 1999.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. São Paulo: Victor Civita. 1983.

MINUTA DE DIRETRIZES DA ANFOPE /2004.